
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

10 de fevereiro de 2026 (terça-feira)
Das 14h30 às 17h30

Reunião Virtual pela Plataforma Zoom.

Ata da 50ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos dez dias do mês de fevereiro de 2026, às 14h30, de forma virtual, ocorreu a 50ª Reunião do Comitê de Acompanhamento (CA) do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre MPF, MPPA, Semas, Alunorte e Hydro. A reunião teve como **pauta**: Atualizações do Projeto RAIS, oriundo da cláusula 6.3 do TAC e Atualizações sobre a cláusula **2.1.4 - que trata do investimento de R\$8 milhões em solução de abastecimento de água potável**.

Entre os membros do Comitê de Acompanhamento que participaram da reunião: Mário Santos, titular (1ª Representação da Sociedade Civil - comunidades tradicionais e quilombolas); Jackeline Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange, titular (4ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Cardim, titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria da Silva, titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Hamilton Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil); Ereny Barbosa, suplente (10ª Representação da Sociedade Civil); Arthur Queiroz, suplente (Hydro); Edson Maciel, titular (Alunorte); Promotor de Justiça Márcio Maués, titular (Ministério Público do Estado do Pará); Eduardo Gonçalves, suplente (Ministério Público Federal) e Fabrício Pinho Júnior, suplente (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará).

Além dos membros do CA, também participaram como convidadas: Lidia Lacerda, Gerente de Projetos do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), convidada para apresentar atualizações relacionadas à cláusula 6.3 do TAC; e Natascha Penna, representante do Núcleo de Governança de Águas e Clima da Semas, convidada da Semas para conhecer o Comitê de Acompanhamento do TAC. Também estava presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na condição de secretaria executiva do CA, composta por: Raphael Castro, analista socioambiental; Denise Salomão, Consultora de Comunicação e Mariana Silva, Consultora de Comunicação.

Na **abertura**, Raphael Castro anuncia que a reunião está sendo gravada, relembra instruções, anuncia os presentes e as pautas da reunião.

Atualizações sobre o Projeto RAIS, oriundo da cláusula 6.3 do TAC

Antes de Lídia Lacerda fazer sua apresentação, Raphael apresenta as propostas formuladas no 32º Círculo de Capacitações da sociedade civil, realizado no dia 22 de janeiro de 2026, para constituição das estruturas de governança para os projetos oriundos das cláusulas 2.1.4 e 6.3, que vão ficar após o TAC. Raphael inicia apresentando as propostas específicas para o projeto Rais.

Raphael afirma que de acordo com as propostas elaboradas pela sociedade civil e sistematizadas pela Secretaria Executiva, o objetivo geral da estrutura para acompanhar a cláusula 6.3 é fiscalizar a implementação dos recursos oriundos da cláusula 6.3 e apoiar o acesso de comunidades e associações locais aos editais do projeto Rais. As atribuições, de acordo com essas propostas, deveriam ser: de acompanhar as ações implementadas; de ter voz e voto para tomada de decisões; conhecer e ter informações sobre as associações mais vulneráveis e que terão mais dificuldade de acessar recursos do projeto e formular um plano de aplicação dos recursos a longo prazo. Também de acordo com essa proposta, o funcionamento deveria ser da seguinte forma: garantir o suporte para participação voluntária de representantes da sociedade civil, que é um apoio para acesso à internet, transporte, alimentação e atividades; constituição de uma secretaria executiva da estrutura de governança; um regimento interno próprio dessa estrutura que vai ser criada; um planejamento estratégico e reuniões periódicas; formações temáticas para os membros dessa estrutura de governança MROSC e outras leis, editais, monitoramento, avaliação de projetos, etc.) e a apresentação de relatórios de execução aos membros dessa estrutura de governança, com linguagem acessível, representação gráfica, que facilite o entendimento. De acordo com essas propostas formuladas da sociedade civil, essa estrutura de governança deveria ter entre seis e oito membros, representantes da sociedade civil, que sejam oriundos do Comitê de Acompanhamento do TAC e o Funbio como executor.

De acordo com as propostas formuladas pelos membros, a sociedade civil deveria ter o seguinte perfil: conhecimento mínimo sobre editais e projetos; ser participativo; ter histórico de frequência em reuniões do Comitê de Acompanhamento do TAC; ter conhecimento sobre associações locais e de diferentes localidades da área de abrangência do projeto raiz; e compromisso ético. Raphael reforça que o documento com as propostas mencionadas foi enviado por e-mail aos membros do CA e ao Funbio, na manhã do mesmo dia da reunião. Em seguida, passa para Lídia Lacerda fazer suas considerações e apresentação.

Lídia Lacerda afirma que está vendo o material pela primeira vez e que toda contribuição que parta dos membros da sociedade civil do Comitê de Acompanhamento é bem-vinda. Ela comenta que o Funbio também já estava nesse esforço de pensar uma estrutura de governança pelo projeto Rais, entendendo a demanda que se criaria com a finalização do TAC e que fica feliz que esse trabalho já tenha sido feito, inclusive adiantando muitas coisas que se pretendia propor na reunião.

Lídia diz que para esta reunião, o Funbio pensou em três temas: área de influência do projeto, estrutura de governança e próximos passos.

Sobre a área de influência, Lídia afirma que esse tema já vinha sendo tratado em reuniões anteriores e que há essa demanda em definir a área onde o projeto vai poder ser implementado e qual seria a área de beneficiários do projeto. Com base em uma análise que o Funbio fez da documentação, até o momento eles estão aguardando a validação. A cláusula 6.3 faz uma referência apenas à área de influência socioeconômica da Alunorte, e com base nas informações que a Alunorte compartilhou com o Funbio, a área de influência indireta seria todo o município de Barcarena e a área de influência direta seria 51 comunidades, também incluídas no município de Barcarena. No Comitê de Acompanhamento do TAC, tem as 10 áreas de representação da sociedade civil que também, em sua maioria, são compostas por comunidades do município de Barcarena e a área de representação 6, que é uma área composta apenas por comunidades do município de Abaetetuba. Então o Funbio aguarda ainda essa validação. Lídia Lacerda afirma que esse tema é determinante para o Funbio, pois é preciso que essas áreas estejam definidas para que eles possam receber as propostas e isso ser um dos critérios de avaliação das organizações.

Com relação à governança do projeto, o Funbio entende que precisa de uma governança participativa. Então a proposta é a criação de um Conselho, mas um conselho com caráter deliberativo para o projeto Rais, para que este conselho possa apoiar o Funbio na definição da estratégia do projeto, da alocação de recursos e na definição de critérios para aprovação dos projetos submetidos pelas comunidades. E além disso, também tenha um poder consultivo, de recomendações, acompanhamento, monitoramento geral do projeto e das chamadas. E semelhante ao que a sociedade civil construiu junto com o IEB, esse conselho deliberativo teria uma secretaria executiva que seria presidida pelo Funbio ou por uma organização contratada pelo Funbio, mas que respondesse diretamente ao Funbio; e uma instância de monitoramento que seja composta especificamente pelos ministérios públicos para que possam continuar nesse acompanhamento, se possível, das ações, com o papel que lhes cabem. O Funbio já construiu uma primeira proposta de regimento sobre essa instância de governança e a proposta de regimento foi primeiramente compartilhada com os signatários. Neste momento, o Funbio aguarda a primeira revisão por parte dos signatários para fazer os primeiros ajustes e ser compartilhada com o Comitê de Acompanhamento. Lídia destaca que a ideia do Funbio é que a governança do projeto seja a mais participativa possível. Então essa instância teria um papel de coordenação do projeto em conjunto com o Funbio, podendo aprovar o planejamento estratégico, os planos de ação, planos de trabalho, procedimentos, metas e tudo aquilo que for referente ao projeto. Lídia destaca que o Comitê de Acompanhamento vem atuando com esse papel de informação, de consulta, de monitoramento, mas que não tem um papel deliberativo. A ideia é que neste Conselho criado especificamente para o projeto Rais, esse grupo tenha um papel deliberativo e possa apoiar as decisões. Para isso, também foi pensado um regimento onde estariam definidas as normas de funcionamento do projeto, assim como de funcionamento do grupo, semelhante ao que foi proposto pelo CA. Lídia Lacerda deixa claro que o projeto Rais deriva da cláusula 6.3, e, portanto, ele também precisa se encaixar naquilo que é definido pela cláusula. E da mesma forma, ele integra um portfólio de projetos do Fundo da Amazônia Oriental (FAO).

Lídia destaca outro ponto que é o documento de iniciação do projeto, que é um documento que o Funbio costuma elaborar com a finalidade de definição do escopo, das metas do projeto e de todas as determinações. Então, para além do regimento do Conselho Deliberativo, teria essa necessidade de construir esse documento que determina as regras de funcionamento do projeto como um todo para que os projetos selecionados pelas chamadas, estejam de acordo com essas premissas e diretrizes que sejam documentadas, formalizadas por esse documento. A ideia também é que o grupo de governança ajude a construir esse documento inicial para que haja a garantia de que o projeto vai seguir um planejamento, independente dos atores que estejam presentes.

Lídia Lacerda apresenta como propostas para iniciar a operacionalização do projeto, a realização de reuniões online com a sociedade civil, ressaltando que se houver a necessidade de realizar reuniões presenciais, o Funbio tem essa disponibilidade. A ideia das reuniões é começar a estruturar e apresentar para o CA o que já tem de estrutura desses dois documentos principais: o regimento e o documento de iniciação do projeto. Lídia destaca que o Comitê de Acompanhamento pode fazer sugestões, alterações e revisões. Posteriormente será feita uma oficina presencial com todo o grupo, incluindo signatários, sociedade civil e a secretaria executiva que hoje é executada pelo IEB, para fazer a validação desses documentos.

Então seria uma reunião para validação do regimento interno, da nova instância de governança e uma validação do documento de iniciação do projeto. Também tem a validação da manifestação de interesse, que já foi elaborada e que está pausada por conta dessas outras definições e que assim que forem validadas, a manifestação pode ser lançada. A ideia é que na oficina também seja validado esse documento.

Lídia propõe que a oficina presencial de validação dos documentos ocorra entre os dias 11 e 13 de março. A proposta inclui reunir o grupo de signatários com o grupo de representantes da sociedade civil para a validação dos documentos para dar início à operacionalização do projeto.

Mário Santos questiona por que o documento é mandado primeiro para os signatários, já que o Comitê de Acompanhamento foi constituído e todo o documento teria que passar pela sociedade civil. Diz que mais uma vez o Comitê está sendo desrespeitado. Ele também pergunta se terá remuneração para os membros do Conselho Deliberativo. Mário afirma que as representações 1 e 5 da sociedade civil fizeram uma proposta formal para o Funbio, voltada para comunidades tradicionais e quilombolas, mas que não houve resposta e, portanto, eles não se enxergam no projeto. Disse que foi falado em etnodesenvolvimento, mas o que foi apresentado pelo Funbio não é etnodesenvolvimento para eles. Mário questiona se o Funbio está pensando no edital para as populações quilombolas.

Lídia Lacerda responde dizendo que o Funbio está lá para construir esse projeto de forma colaborativa com a sociedade civil. Que a proposta enviada pela representação 1 e 5 chegou em um formato de plano de trabalho, com eixos de atuação e algumas propostas de atividades. Lídia afirma que de forma alguma essa proposta foi engavetada ou desconsiderada, pelo contrário, os eixos de atuação que vem sendo discutido desde junho com o Comitê de Acompanhamento são exatamente os mesmos eixos que estão na proposta apresentada. Diz que o que Funbio vem fazendo é um trabalho de consulta com o grupo para saber o que já foi proposto inicialmente. Cita a reunião que houve presencialmente no Ministério Público Federal em agosto do ano passado, que foi justamente para a validação desses eixos. Lídia diz que isso é algo que já avançou, que os eixos já foram definidos e que são os mesmos eixos da proposta apresentada pelas representações 1 e 5. Ela esclarece que de forma alguma o que é enviado pelas representações é desconsiderado pelo Funbio.

Lídia pontua que caso o Comitê de Acompanhamento continuasse, poderia estar bem mais avançado em questões como os lançamentos dos editais, por exemplo. Mas foi preciso ‘botar o pé no freio’ para pensar as propostas de regimento, de estrutura de governança, por exemplo. E que de forma alguma foi intuito do Funbio desrespeitar o Comitê enviando a proposta anteriormente aos signatários. O intuito era obter a colaboração, principalmente do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, mas também da SEMAS, sobre os itens colocados como sugestão para que a proposta apresentada para o Comitê de Acompanhamento fosse uma proposta mais robusta, mais estruturada e que o Comitê de Acompanhamento pudesse construir a partir disso. Lídia ressalta que se houver um entendimento de que a proposta apresentada para o Comitê de Acompanhamento não funcionaria, poderia ser reformulada.

Com base nas propostas da sociedade civil apresentadas pela Secretaria Executiva do CA, Lídia afirma que o Funbio está muito alinhado com o Comitê de Acompanhamento, com a ideia de uma instância de governança, nos objetivos, e em quem participaria. Sobre o questionamento de Mário sobre como seria a composição do conselho, Lídia responde que na proposta que o Funbio fez inicialmente, e que os membros do Comitê vão receber em breve, a ideia é ter um Conselho escolhido, com uma metodologia que fosse proposta pelo Comitê de Acompanhamento. O Funbio não definiu uma metodologia na proposta de regimento e deixou uma cláusula de sugestão, de que a metodologia de escolha dos próximos conselheiros fosse determinada pelo Comitê de Acompanhamento e que tivéssemos um mandato de transição, justamente para que o Comitê de Acompanhamento ajudasse a estruturar todos os documentos, processos e metodologia antes de qualquer mudança na execução e operacionalização dessa nova instância de governança, que com certeza, vai ser composta por representantes da sociedade civil da área de abrangência do projeto.

Lídia também responde ao questionamento de Mário sobre a remuneração para os participantes do conselho e afirma que infelizmente o Funbio não faz pagamento para esse tipo de instância, pois não há uma estrutura dentro das suas regras para isso. Mas que entende e concorda com o que foi colocado. Lídia afirma que a ideia é que se possa oferecer uma ajuda de custo para a participação dos membros do conselho e que essa ajuda de custo cumprisse com conforto as necessidades dos membros para viabilizar as suas participações. Então, no Funbio, a ajuda de custo tem um valor fixo de R\$ 350 para atividades que são realizadas em áreas em cidades do interior do Estado e R\$ 500 para atividades que são realizadas na capital. Mas a pessoa que recebe a diária custeia desde o seu deslocamento até a sua hospedagem.

Sobre o edital quilombola, Lídia afirma que não é algo que está fechado e que existe essa possibilidade. Só precisa ser definido por essa instância de governança, ser construído e estar presente nesses documentos iniciais que o Funbio propõe que sejam elaborados ainda com a presença do Comitê de Acompanhamento.

Elidiane Cardim pergunta para Lídia sobre a definição da área de abrangência, que de acordo com reuniões passadas e o seu entendimento já estava definido, mas que agora foi dito que ainda faltam definições por parte da Hydro. Elidiane também pergunta sobre os prazos de lançamento do edital, já que os prazos que foram colocados no cronograma logo no início já expiraram.

Jackeline Sales entende que teve que ser ‘dado um passo atrás’ e se sente contemplada pela fala da Elidiane, pois pensava que fosse ter atualizações de onde havia parado. Diz que queria esclarecimentos para entender melhor sobre a data de março, se não seria o lançamento do edital, nem o lançamento da chamada de manifestações de interesse, mas seria a data para formar o que foi apresentado por Lídia nesta reunião. E pede para Lídia Lacerda lembrar do que já foi definido a respeito do edital para repassar às lideranças da sua comunidade. Jackeline também destaca que não tem interesse em fazer parte do conselho.

Antes de responder às perguntas da Elidiane Cardim e da Jackeline Sales, Lídia Lacerda responde ao questionamento feito anteriormente por Mário Santos sobre quem integra o poder deliberativo no conselho. Ela pede para que os signatários ajudem a responder e dá sua opinião de que quem atribui esse poder deliberativo para uma nova instância de governança do projeto Rais é quem tem poderes de deliberação hoje dentro do TAC da Hydro, que é o grupo de signatários. Esclarece que, em seu entendimento, o Comitê de Acompanhamento é um comitê consultivo, que não tem característica de deliberação, mas que o Funbio tem feito um processo de consulta e construção com o CA para garantir que todas as deliberações fossem sempre construídas com a participação dos membros do Comitê de Acompanhamento. Lídia pontua que por conta da característica do TAC da Hydro, essa transferência de poder de deliberação para a instância de governança do projeto Rais, partiria especificamente dos signatários do TAC da Hydro.

Mário Santos diverge e afirma que seria imoral a Hydro ser incluída na governança desse dinheiro, porque coube a ela o pagamento da multa. Diz que cabe à Hydro governar as cláusulas do TAC e que uma das cláusulas é o pagamento da multa, que já foi paga.

Lídia esclarece que não se trata de uma proposta, mas sim do seu entendimento sobre o TAC da Hydro, e que pode estar equivocada. Por esse motivo pede ajuda aos signatários presentes na reunião para responder à pergunta. Destaca que de fato, não é a pessoa que define e nem propõe quem dá o poder deliberativo. O Funbio tem apenas a função de gerir o recurso e não faz nenhum tipo de deliberação por conta própria.

Sobre os questionamentos de Jackeline e Elidiane a respeito do status do edital e prazos, o que se tem até o momento é o que foi apresentado na reunião do dia 25/11 de 2025. Nessa reunião o Funbio apresentou tudo o que foi construído junto com a sociedade civil do Comitê de Acompanhamento nas reuniões em pequenos grupos que foram realizadas ao longo dos meses de setembro e outubro. Nesse período foram feitas mais de 10 reuniões com membros da sociedade civil que compõem o Comitê de Acompanhamento. Foram feitas consultas sobre diversos temas, com a ideia de que esses pontos pudessem ser validados na reunião do dia 25/11. Mas por conta do quórum muito pequeno na reunião e também pela ausência do Procurador da República Igor Lima como representante do Ministério Público Federal, foi avaliado que não valeria a pena realizar uma votação naquele momento, porque poderia gerar questionamentos com relação ao quórum. Então tem aquele mesmo documento que foi construído. Nesse documento se falou sobre diretrizes do projeto, sobre o modelo de execução através de aglutinadoras, sobre os tipos de organização que poderiam participar das chamadas de projeto, sobre a execução em fases, sobre os eixos de atuação, os eixos temáticos que já estavam definidos, sobre o tamanho do recurso que cada projeto poderia acessar, sobre os prazos dos projetos, sobre os critérios para as aglutinadoras e sobre contrapartidas. Então esses foram os temas que o Funbio conseguiu coletar a opinião do Comitê de Acompanhamento ao longo dessas reuniões que foram realizadas, mas isso também não está fechado porque não foi deliberado. A proposta é que nessa oficina que o Funbio está sugerindo que aconteça logo no início de março, é que se possa validar todos esses pontos para que se consiga fechar o edital para que possa ser lançado.

Lídia afirma que o Funbio gostaria de fazer o lançamento da manifestação de interesse antes do lançamento da primeira chamada para conseguir algumas outras definições, como por exemplo saber se a maioria das organizações precisam de capacitação, em qual tema, quais são os principais gargalos e desafios das organizações com relação à irregularidade, para que o Funbio possa dar apoio técnico para regularização dessas organizações. Quando lançada a manifestação de interesse, precisa ficar pelo menos um mês disponível para que as organizações se preparem, possam preencher o formulário e após esse mês é que seria feito o lançamento da chamada de projeto. Então se conseguir superar essas definições, como a questão da governança e etc., em março lançaria a manifestação de interesse e um mês depois já conseguiria lançar o edital de chamada de projetos.

Sobre prazos, Lídia esclarece que o Funbio vem enfrentando algumas dificuldades de validação nos pontos e tem sido bastante difícil cumprir com esses prazos que foram estabelecidos nos cronogramas apresentados anteriormente. Ela destaca que podem sim propor um novo cronograma, mas eles dependem muito de definições que partem principalmente do Comitê de Acompanhamento.

Lídia afirma que pode fazer um compilado dos últimos documentos compartilhados com o CA e enviar em um único e-mail após a reunião a título de atualização. Ela também destaca na fala de Jackeline Sales a questão da continuidade da representação e diz que o Funbio acredita que nenhum grupo que se constitua agora vai conseguir construir uma maturidade suficiente para dar continuidade no projeto que esse Comitê de Acompanhamento já tem. São 8 anos de discussão sobre esses temas. Então a proposta inicial do Funbio é de que houvesse um período de transição em que este Comitê de Acompanhamento pudesse seguir por um prazo acompanhando as ações do projeto, enquanto se estrutura um novo mandato. O Comitê de Acompanhamento se tornaria esse primeiro mandato do Conselho Deliberativo e faria posteriormente a escolha dos próximos membros, de um segundo mandato do conselho deliberativo. E como foi comentado no início, essa proposta está aguardando revisão por parte dos signatários para ser compartilhada com os membros do CA.

Raphael Castro reforça que essas informações solicitadas pela Jackeline Sales também estão nas últimas atas do Comitê, a partir do registro que foi apresentado pelo Funbio.

Fátima Solange afirma que também não tem interesse em continuar no conselho devido a um problema de saúde que vai precisar de tratamento.

Mário Santos pede para Lúcia faça a leitura do regimento do Comitê de Acompanhamento para o seu entendimento. E diz que no primeiro parágrafo, as decisões deverão ser obtidas prioritariamente por meio de consenso progressivo onde a tomada de decisão deverá ocorrer após amplo debate, a fim de que seja construído consenso entre os membros deste Comitê de Acompanhamento, modo a apropriar-se a participação ampla e democrática. Ele cita o Artigo 5º do regimento que diz que nenhum segmento ou organização membro deste Comitê terá peso diferente de voto; e que o Comitê de Acompanhamento não é uma instância deliberativa em relação às obrigações do TAC. E uma das cláusulas é que ela foi obrigada a pagar uma multa e essa multa foi paga ao FEMA. Mário afirma que o CA propôs que a sociedade civil ficasse acompanhando a aplicação deste dinheiro.

Sobre a questão da área de abrangência, Mário afirma que na 46ª reunião do CA foi falado de área de abrangência, com a afirmação de que essa área é correspondente ao mapa disponibilizado nos termos de referência de contratação de auditorias independentes. Ele diz que fica muito preocupado quando Lúcia apresenta apenas 51 comunidades e pede atenção do Ministério Público que encerrou este TAC para que observe este ponto e as comunidades que ficariam de fora. Pede que Lúcia analise as atas e o regimento interno.

Lúcia Lacerda afirma que não teve acesso ao regimento do Comitê de Acompanhamento e que quando foi nomeada gerente de projeto por parte do Funbio, foi feita uma capacitação sobre o funcionamento do regime do Comitê de Acompanhamento. E essa capacitação é a informação que ela tem sobre o funcionamento. Ela afirma que não tem acesso ao regimento interno para saber o que está determinado dentro do documento como a competência do Comitê de Acompanhamento e sobre que tipo de decisões o CA pode tomar ou não.

E reforça que o que ela trouxe foi o entendimento do TAC da Hydro, que define que o Comitê de Acompanhamento é uma instância de acompanhamento, não é uma instância deliberativa. E que na própria leitura do regimento feita por Mário, diz que não tem caráter deliberativo. Lúcia reforça que não tem nenhum outro questionamento sobre o funcionamento do grupo, ou a forma como os membros do C.A tomam as suas decisões. E pede novamente que os signatários ajudem a responder esse questionamento.

Sobre o que Mário Santos comentou a respeito das 51 comunidades, Lúcia esclarece que talvez o que foi apresentado no slide não tenha sido compreendido adequadamente e projeta o slide novamente. De acordo com Lúcia, o que está escrito nesse slide é que, segundo a cláusula 6.3, a área de abrangência é a área de influência socioeconômica da Hydro. E o que ela trouxe é que a área de influência socioeconômica indireta da Hydro é todo o município de Barcarena e a área de influência direta é um número de 51 comunidades. E que em nenhum momento ela disse que apenas essas comunidades vão ser beneficiadas. E nem está propondo que apenas essas 51 comunidades sejam beneficiadas. O que foi trazido é que não existe essa formalização da área de abrangência do projeto Rais.

O Promotor de Justiça Márcio Maués concorda com Mário, quando ele diz que a obrigação da Hydro já cessou com o pagamento da multa. E inclusive com o encerramento do TAC, acabou qualquer obrigação da Hydro e dos signatários. Então, a ideia é que esse projeto está sendo entregue para as comunidades que precisam do Funbio para fazer a gestão desses valores e organizar esse processo. Diz

que revisou a proposta de regimento que está sendo discutida e diz que não há previsão de nenhum representante da Hydro nem do Ministério Público nesse conselho gestor. Ele tranquiliza os membros e diz que a ideia realmente é só entregar para as comunidades, para a sociedade esse projeto para que a sociedade delibere dentro do interesse dela, de uma forma democrática e organizada.

Sobre a área de abrangência, o Promotor de Justiça Márcio Maués afirma que o consenso entre os signatários é não restringir de forma alguma a abrangência. Sempre que possível, que seja a maior, de forma a atender o maior número de comunidades e expandir os benefícios desse recurso. E que também não é nenhuma intenção restringir ou beneficiar ou prejudicar qualquer representação que seja.

Lídia Lacerda reforça que a nova proposta de governança, como foi trazido pelo Promotor de Justiça Márcio Maués, não inclui a participação da Hydro. Como apresentado no anteriormente no slide, seria composto pela sociedade civil, alguns outros atores que podem vir a ser indicados e reforça a proposta que o Comitê de Acompanhamento proponha um formato de governança, de pessoas que possam participar e que tivesse esse acompanhamento do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual.

O Promotor de Justiça Márcio Maués afirma que encerrando as obrigações do TAC, quem tinha poder de deliberação resolveu conceder o poder de deliberar sobre esse projeto ao Conselho que será formado prioritariamente por representantes da sociedade civil. Portanto, o papel do Ministério Público Federal e Estadual é no sentido de monitorar sobre a legalidade das ações, se os recursos estão sendo corretamente aplicados, atendendo à finalidade a que foram propostas. Diz que acha importante permanecer o mais perto possível até para estabilizar esse novo momento, mas que a partir daí deixa claro que não irá participar do Conselho como representante do Ministério Público Estadual e alguém que vai deliberar sobre essas ações, mas que não vai se afastar, de forma alguma.

Maués afirma que vê um sentimento um pouco negativo sobre como as coisas estão andando, mas acha que quanto mais se problematizar ou quanto mais polemizar sobre as questões - sem deixar de apontar o que acha que está certo ou errado e pedir a correção -, mas que os membros devem deixar esses sentimentos ou alguns rancores do que ficaram nesse processo um pouco de lado para poder construir um novo momento de acordo com o que o CA pensa, idealiza que seja o melhor. Sobre a gerência do Funbio, Maués diz que continua à disposição.

Jackeline Sales pergunta sobre o término do TAC e a necessidade de informar a sociedade civil sobre esse processo e que a sociedade civil sente a necessidade de ter uma audiência pública para tirar dúvidas e ouvir das autoridades. Ela gostaria de saber o que foi definido sobre a comunicação oficial do encerramento do TAC.

O Promotor de Justiça Márcio Maués afirma que esse foi o tema da última reunião, e que na verdade toda reunião de signatários acaba tocando nesse assunto. Segundo ele, a última deliberação foi que uma equipe de comunicação já estaria providenciando esse material para ser aprovado. Ele acredita que nas próximas reuniões já tenha alguma coisa em mãos para aprovar e pedir alterações desse material. E daí o CA será comunicado através da secretaria executiva do CA.

Sobre a audiência pública, Maués afirma que não foi algo pensado e não foi deliberado nada nesse sentido. Diz que não se recorda dessa proposição de realizar uma audiência pública e que vai levar aos signatários, mas deixa claro que se preocupa porque a audiência pública pode ser uma armadilha bem complicada. Mas assim que ele tiver alguma informação sobre texto ou material, será repassado ao Comitê por meio do Raphael.

O Promotor de Justiça Márcio Maués pensa que uma proposta também que já foi levada por ele é de realizar um evento mais parecido com um seminário ou algo nesse sentido, de apresentação dos resultados e discussão da experiência. Chamaria representantes das comunidades, do Ministério Público e todo mundo que participou para realizar o seminário, algo de um ou dois dias no máximo.

A ideia seria apenas um dia pela manhã e tarde, para discutir os resultados, a experiência, que lições foram tiradas, o que mudou e o que não mudou, e o que precisa mudar. Foi uma proposta bem aceita pelos signatários e que acha que pode amadurecer essa ideia futuramente.

Elidiane Cardim pede a fala e aproveita a presença de Márcio Maués para questionar sobre uma ação de saúde nas comunidades para realizar exames toxicológicos para saber sobre a contaminação das pessoas por metais pesados. Disse que a secretaria de saúde do Estado fez ações com exames de rotina e consultas clínicas, mas que não atendia essa demanda específica da população. Ela gostaria de saber do Promotor de Justiça Márcio Maués se há alguma informação sobre isso.

Maués responde afirmando que tem se debruçado desde o começo do ano nesse processo e que está sendo preparado. Ele acha que logo será protocolado e comunicará os representantes do CA.

Raphael Castro informa que dentro desse assunto, o Promotor de Justiça Márcio Maués pediu na última reunião que tratou desse tópico para que quem tivesse materiais, relatórios, estudos que são sempre citados que pudesse encaminhar para ele. E que a secretaria executiva também se coloca à disposição para receber esses materiais e encaminhar para o Promotor de Justiça Márcio Maués.

Fátima Solange afirma que preferiria sim uma audiência pública, pois se o TAC se iniciou lá atrás com a audiência pública, se encerraria com uma audiência pública. Mesmo com as ponderações levantadas pelo Promotor de Justiça Márcio Maués, Fátima acredita que as pessoas perderam o hábito de ler e que as representações são muito cobradas, além de serem taxadas. Nesse sentido, ela pontua que uma audiência pública bem organizada seria mais interessante.

Maués responde que a proposta da audiência pública não está descartada, diz que a audiência pública é sempre um momento importante de participação popular e democrática, mas que a ponderação feita por ele foi no sentido de pensar na estratégia para este novo momento, para que não corra o risco de acabar saindo com esse processo que vai se iniciar já descredenciado, sendo atacado. Seria mais uma questão de estratégia, e que ele compreende a ponderação feita por Fátima Solange e que vai levar a proposta para o conhecimento dos demais signatários para debate.

Lídia Lacerda retoma a sua apresentação para poder deliberar sobre os próximos passos do projeto Rais. Lídia gostaria de saber se o grupo que está presente concorda que sejam feitas duas reuniões com os membros da sociedade civil, para apresentar a nova estrutura de governança que foi sugerida e o documento proposto como regimento do conselho. Após o compartilhamento do documento, faria a reunião online ou presencial de cerca de 2 a 3 horas, para acolher a opinião e as sugestões de melhoria do Comitê de Acompanhamento.

O Funbio entende que já existe uma construção de proposta do IEB junto com o Comitê de Acompanhamento. Lídia pergunta se essa proposta é suficiente para o Funbio fazer ajustes na proposta de regimento que existe hoje e deliberar posteriormente, ou se o Comitê de Acompanhamento considera que seria interessante uma conversa entre o Funbio e sociedade civil para tratar especificamente do regimento. A ideia da segunda reunião é conversar sobre o documento de iniciação do projeto, onde

estariam estabelecidas as diretrizes, as regras do projeto, um primeiro plano de trabalho, possibilidades de consultorias, linhas gerais, orçamento, etc. Após a realização dessas duas reuniões, o Funbio realizaria uma oficina presencial, sugerida pelo Funbio para acontecer entre os dias 11 e 13 de março.

Mário Santos pergunta à Lídia se o que foi apresentado pela sociedade civil precisa de mais complemento. E concorda com a realização das duas reuniões. Mário também destaca que a representação 1 da sociedade civil tem interesse em participar do conselho.

Fátima Solange se manifesta pelo chat afirmando estar de acordo com a realização das reuniões e da oficina e que também prefere que seja presencial.

Elidiane Cardim destaca o interesse em continuar participando do conselho que vai gerenciar o projeto. Sobre a data, ela destaca que seja em um final de semana para contemplar as pessoas que trabalham. Também pede que seja no início de março, pois estará em Brasília entre os dias 16 e 18 de março.

Lídia Lacerda responde ao questionamento de Mário sobre a necessidade de se realizar duas reuniões e diz que acha que seria proveitoso esse momento entre Funbio e sociedade civil para esclarecer dúvidas. Lídia afirma que se a sociedade civil achar que dois encontros é muito, pode ser pensando em um encontro de 4h, em um único dia, um único período, de manhã ou à tarde, presencial.

Mário Santos se manifesta a favor de ser em apenas um dia.

Fátima Solange afirma que não vai poder participar das reuniões.

Edson Maciel faz um registro sobre o item 6.3 e relembra que foi um consenso enquanto grupo de que o item saísse das discussões de pautas do próprio Comitê por já ser um item superado naquela época e esse consenso foi levado e saiu.

E depois por um outro consenso mais recente, por uma necessidade de um avanço maior e retomada com o Funbio, houve a necessidade de utilizar esse espaço com a retomada desse tema para ajustes e apresentações que se fizeram necessárias, por isso que esse tema voltou para o Comitê. Reitera que este item já foi cumprido pela Hydro.

Ficou decidido que Lídia Lacerda vai sugerir algumas opções de datas que funcionam para o Funbio, consultar também a disponibilidade dos signatários e enviar para a Secretaria Executiva do CA para que seja feita uma votação pelo grupo de WhatsApp do Comitê de Acompanhamento. Lídia agradece a contribuição de todos e à secretaria executiva pela mediação.

Atualizações sobre o item 2.1.4 – investimento de R\$ 8 milhões para tratamento e distribuição coletiva de água

Raphael Castro pergunta às partes signatárias se querem fazer alguma atualização ou informe. O IEB preparou uma apresentação para compartilhar minimamente o que foi preparado de plano de ação para execução desta cláusula.

Edson Maciel faz um registro sobre o item 6.3 e relembra que foi um consenso enquanto grupo de que o item saísse das discussões de pautas do próprio Comitê por já ser um item superado naquela época e esse consenso foi levado e saiu.

E depois por um outro consenso mais recente, por uma necessidade de um avanço maior e retomada com o Funbio, houve a necessidade de utilizar esse espaço com a retomada desse tema para ajustes e apresentações que se fizeram necessárias, por isso que esse tema voltou para o Comitê. Reitera que este item já foi cumprido pela Hydro.

Com relação ao item 2.1.4, Edson afirma que o que foi acolhido por este Comitê é de ter um parceiro implementador deste item, e a sugestão foi que o IEB seja esse parceiro para além do Comitê de Acompanhamento.

Raphael contextualiza o Promotor de Justiça Márcio Maués sobre o item 2.1.4 e afirma que se está fazendo uma primeira atualização das partes assinadas. A última reunião sobre este item, que foi a 48ª, apontou para uma continuidade de uma avaliação de proposta do IEB, uma avaliação a ser feita pelas partes signatárias. Nesse sentido, o IEB traz para esta reunião uma proposta do que será esse plano de ação para a execução. Antes de apresentar, Raphael Castro abre para as partes signatárias fazerem suas manifestações sobre esse item.

Maués não traz nenhuma atualização e diz que pode prosseguir.

Eduardo Gonçalves faz uma justificativa de que quem fez as deliberações foi o Procurador da República Igor Lima, pois estava de férias no período. E sua participação seria mais como ouvinte para pegar as últimas atualizações sobre este item. Diz que está fazendo o acompanhamento, inclusive do lançamento da documentação e a atualização do termo de Cadastro Civil que acompanha o TAC. E que agora é que serão feitas as atualizações no procedimento.

Raphael Castro agradece e inicia a apresentação do Plano de Ação referente à implementação de Tecnologias Sociais de acesso à água. Este plano foi apresentado às partes signatárias no processo de seleção e contratação do IEB, não mais como secretaria executiva, mas como entidade executora do projeto.

O IEB assume então a gestão desse projeto com esse escopo definido para implantação de tecnologias sociais de acesso à água, de acordo com o escopo da cláusula 2.1.4 do TAC, que diz que a finalidade desse investimento, que é para solução técnica de abastecimento de água potável, de acordo com as resoluções e os padrões de qualidade da legislação vigente. Cabe ao IEB também fazer a gestão e a execução dos recursos, fazer a secretaria executiva da estrutura de governança do projeto a ser constituída, incluindo a entrega periódica de relatórios de execução, elaboração de Diagnóstico Socioambiental Participativo para aferição da viabilidade técnica, identificação da melhor tecnologia social a ser implantada e identificação das comunidades beneficiárias (Barcarena e região de Beja/Abaetetuba), a instalação das Tecnologias Sociais para acesso à água potável, assegurando a portabilidade de acordo com os padrões definidos em legislações vigentes e por meio de um processo participativo com as comunidades beneficiárias, o desenvolvimento de treinamento para gestão comunitária das tecnologias sociais instaladas e o monitoramento da qualidade da água de acordo com os padrões técnicos definidos. Esse é o escopo do que será o trabalho de IEB com esse novo projeto.

A área de abrangência do projeto, conforme estabelecido pelas partes signatárias e pelo Comitê de Acompanhamento do TAC serão as comunidades do município de Barcarena e da região de Beja, em Abaetetuba, que sejam desprovidas de serviço público regular de fornecimento de água potável, pertencente às seguintes localidades: Ilha das Onças, Arapiranga, Trambioca, Vila do Conde e comunidades da região de Beja. As comunidades dessa área de abrangência que serão contempladas com o projeto serão especificadas de acordo com o Diagnóstico Socioambiental Participativo a ser produzido na primeira etapa do projeto. Então, não são todas as comunidades, são algumas comunidades

dessa área de abrangência. O público beneficiário é prioritariamente famílias de baixa renda localizadas nas comunidades selecionadas. Com base no recurso financeiro disponível, estima-se o atendimento direto a cerca de 600 famílias e o número exato vai ser definido no Diagnóstico Participativo.

O objetivo geral do projeto é implantar as tecnologias sociais por meio de sistemas sustentáveis e de gestão comunitária para captação, tratamento e distribuição de água em conformidade com a cláusula 2.1.4 do TAC da Hydro. Os objetivos específicos são realizar a gestão do projeto, a gestão técnica, administrativa, financeira, secretariar o comitê de governança do projeto, apresentar relatórios de execução, desenvolver e implementar um plano de trabalho de comunicação social para visibilidade das ações. O segundo objetivo é a elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo, com levantamento de comunidades e de famílias na área delimitada; aprofundar informações socioeconômicas; levantar informações das condições ambientais, como a qualidade da água, do solo e das localidades; identificar e propor o detalhamento de comunidades e do número de famílias a serem beneficiadas e identificar o arranjo específico de tecnologia social mais adequado. E o terceiro objetivo seria instalar as tecnologias sociais, cadastrar as famílias, instalar as estruturas físicas, realizar os treinamentos, etc.

Na apresentação, Raphael traz imagens e especificações do microssistema comunitário, que é dentre as tecnologias sociais de acesso à água, a mais completa. Raphael ressalta que a depender da realidade da localidade, o que for aferido no diagnóstico pode ter adaptações na tecnologia, mas que de modo geral, o microssistema é um microssistema que tem um bombeamento de água subterrânea por meio de energia solar, então é um sistema autônomo, com um sistema de abastecimento principal e a distribuição para as residências. Raphael apresenta as especificações técnicas dos componentes da tecnologia social e explica que além do componente principal, tem o componente em cada casa que vai receber a instalação de água, que é a tubulação e o filtro de barro com vela cerâmica para tratamento e purificação final da água.

Sobre a gestão, governança e monitoramento do projeto, Raphael ressalta que tem a constituição de um comitê de governança específico, já trazendo a incorporação das propostas da sociedade civil. Então esse comitê será composto por quatro membros oriundos da sociedade civil do Comitê do TAC e dois novos membros vão ser escolhidos a partir da definição das comunidades diretamente beneficiadas. Quando chegar o momento que o Diagnóstico Participativo definir quais são as comunidades diretamente beneficiadas, vão ser escolhidos dois novos membros representantes da sociedade civil. Terá um regimento interno desse comitê de governança, esse regimento interno vai ser aprovado entre esses membros do comitê, assim como foi feito no Comitê do TAC.

Os próprios membros do Comitê vão avaliar e aprovar o seu regimento interno e vai funcionar com reuniões periódicas também. A instituição executora será o IEB, fazendo a gestão financeira, administrativa, secretariando esse comitê de governança e fazendo a gestão do contrato da construção dos microssistemas. O Ministério Público será acionado e terá procedimentos específicos para fiscalização do projeto, de acordo com as atribuições institucionais do próprio Ministério Público. Ou seja, o Ministério Público não estará dentro deste comitê de governança, como ele está dentro do comitê do TAC atualmente. O Ministério Público fará a sua atribuição institucional de fiscalizar os processos que envolvem benefícios puros, benefícios coletivos.

A maior parte do orçamento, cerca de 6 milhões de reais, é para o investimento direto na implantação das tecnologias sociais, ou seja, é o custo direto de instalação. Raphael ressalta que tem aproximadamente meio milhão de reais destinado para a estrutura de governança, os custos logísticos, diagnóstico, cadastramento de famílias, treinamento e análise de qualidade de água. E aproximadamente

1 milhão e meio para os custos operacionais do IEB, que vai incluir pessoal, consultoria, custos administrativos e logísticos, equipamentos de trabalho, etc.

Sobre a proposta de cronograma de execução, a primeira atividade que é realizar a gestão do projeto vai durar todo o período de 24 meses e está dividido por trimestres, secretariar as reuniões do comitê de governança do projeto, também vai ser ao longo de todo o projeto, apresentar os relatórios periódicos e finais de execução também mensal, o plano de comunicação, o diagnóstico socioambiental participativo para ser realizado no primeiro trimestre de execução do projeto, o cadastramento das famílias a partir do segundo trimestre, a instalação das estruturas também a partir do segundo trimestre do projeto e o monitoramento da qualidade de água começa com a instalação dos microssistemas e vai até o fim do cronograma e os treinamentos também entre o terceiro trimestre e o sexto o sexto trimestre.

Raphael aproveita para compartilhar a proposta da sociedade civil para o item 2.1.4, que foi formulado durante a construção do dia 22 de janeiro. As representações 1 e 5 justificaram que não poderiam participar. Participaram as representações 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10.

Para a estrutura de governança do projeto da água, as propostas levantadas foram: que o objetivo desse comitê seja atuar no acompanhamento, na garantia da boa implementação do projeto, contribuir com a perspectiva da sociedade civil e fiscalizar a execução do recurso que é oriundo do TAC. As atribuições desse comitê serão acompanhar a execução do projeto em todas as etapas, promover o diálogo entre as comunidades envolvidas e a equipe de implementação do projeto, apoiar a mobilização de comunidades, identificar atores chaves no território, contribuir com sugestões para definições importantes, como os melhores pontos de distribuição de água, representar os interesses coletivos das comunidades, participar de diálogos, constituições de pesquisa para qualificar os conhecimentos do Comitê de governança da água.

Segundo essas propostas da sociedade civil, o funcionamento visa garantir o suporte para a participação voluntária de representantes da sociedade civil, como o suporte com internet, com transporte, alimentação para atividades, a constituição de um regimento interno, reuniões periódicas e ações de comunicação.

Raphael afirma que por parte do IEB não há nenhum impeditivo em acolher as propostas levantadas pela sociedade civil e que nesse momento o IEB está concluindo uma fase jurídica, de contratação e que por isso esses documentos ainda não foram apresentados ao Comitê de Acompanhamento, estão sendo apresentadas a proposta de plano de ação pela primeira vez nesta reunião, porque até então o IEB estava nesses trâmites contratuais que envolvem diretamente as partes signatárias. Superado este momento, o IEB vai apresentar e compartilhar com os membros e terá um momento específico de escolha dos quatro membros que vão sair desse Comitê de Acompanhamento para o novo comitê da água, para poder consolidar essa escolha. Raphael encerra a apresentação e abre para dúvidas e considerações.

O Promotor de Justiça **Márcio Maués** parabeniza o IEB e afirma que já há um caminho bem traçado para sedimentar e iniciar esse projeto a partir do que foi apresentado. Diz que está tudo dentro da expectativa de todo mundo, que está realista e que vai atender bem o escopo daquilo que foi imaginado quando da celebração do TAC.

Sem mais considerações, foi encerrada a 50ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. A Secretaria Executiva do CA lavrou a presente ata.